



AUDIÊNCIA PÚBLICA

CABOTAGEM

COMENTÁRIOS DO REPRESENTANTE DA AUTORIDADE MARÍTIMA BRASILEIRA



Brasília, 9 de junho de 2015



SUMÁRIO

- 1. Legislação**
- 2. Praticagem**
- 3. Formação de Oficiais da Marinha Mercante**
- 4. Redução da burocracia**





1 – Legislação

- Lei Complementar nº 97, de 09JUN1999
- Lei nº 9.432, de 08JAN1997
- Lei nº 9.537, de 11DEZ1997





LEGISLAÇÃO

a) Lei Complementar 97/99 – Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas:

- **Artigo 17 - Atribuições subsidiárias particulares da Marinha do Brasil:**

I - orientar e controlar a **Marinha Mercante** e suas atividades correlatas, no que interessa à defesa nacional;

II - prover a **segurança da navegação aquaviária**;

III - contribuir para a formulação e condução de políticas nacionais que digam respeito ao mar



LEGISLAÇÃO

(Cont. da Lei Complementar 97/99)

IV - implementar e fiscalizar o cumprimento de leis e regulamentos, no mar e nas águas interiores, em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, federal ou estadual, quando se fizer necessária, em razão de competências específicas; e

V – cooperar com os órgãos federais, quando se fizer necessário, na repressão aos delitos de repercussão nacional ou internacional, quanto ao uso do mar, águas interiores e de áreas portuárias, na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução.

- **Par. único: pela especificidade dessas atribuições, o Comandante da Marinha fica designado como “Autoridade Marítima”, competente para tratar os assuntos supracitados.**



LEGISLAÇÃO

b) Lei 9.432/97 – Dispõe sobre a **Ordenação do Transporte Aquaviário** e dá outras providências.

- ✓ Artigo 2º, alínea IX - **Navegação de Cabotagem (definição)** – a realizada entre portos ou pontos do território brasileiro, utilizando a via marítima ou esta e as vias navegáveis interiores.
- ✓ Artigo 7º – Embarcações Estrangeiras somente poderão participar do transporte de mercadorias na **navegação de cabotagem e da navegação interior de percurso nacional, bem como da navegação de apoio portuário e da navegação de apoio marítimo**, quando afretadas por empresa brasileira de navegação, observado o disposto nos artigos 9º e 10º.
- ✓ Os Artigos 9º e 10º desta Lei tratam dos afretamentos de embarcações.



LEGISLAÇÃO

c) Lei 9537/97 (LESTA) – Dispõe sobre a **Segurança do Tráfego Aquaviário** em águas sob jurisdição nacional (AJB) e dá outras providências.

✓ Artigo 4º – São atribuições da Autoridade Marítima:

I – Elaborar Normas para:

b) tráfego e permanência das embarcações nas AJB, bem como sua entrada e saída de portos, atracadouros, fundeadouros e marinas.

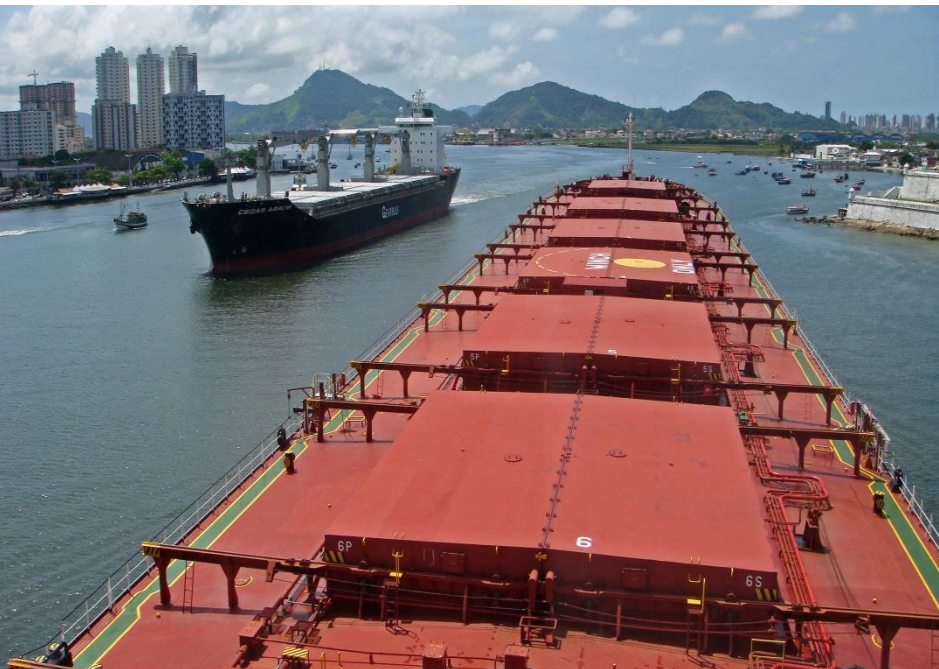
II - regulamentar o serviço de praticagem, estabelecer as zonas de praticagem (ZP) em que a utilização do serviço é obrigatória e especificar as embarcações dispensadas do serviço.

✓ As Normas elaboradas pela Marinha do Brasil são denominadas **Normas da Autoridade Marítima (NORMAM)**.



2 – Praticagem

- CNAP
- Isenção do uso do serviço de Praticagem.





CNAP – Comissão Nacional para Assuntos de Praticagem

- ✓ Decreto nº 7.860 de 06DEZ2012 cria a CNAF;
- ✓ Objetivos da CNAF:
 - Elaborar propostas para regulação dos preços do serviço de praticagem;
 - Propor preços máximos do serviço em cada Zona de Praticagem (ZP);
 - Propor medidas para o aperfeiçoamento da regulação desse serviço em cada ZP; e
 - Propor a abrangência de cada ZP.



Isenção do uso do serviço de Praticagem

- ✓ No Brasil, a isenção de praticagem de navios está prevista na NORMAM-12/DPC, Capítulo II, Seção VII, onde consta a descrição dos requisitos de obtenção e manutenção da habilitação pelo comandante;
- ✓ A habilitação de comandantes para dispensa do uso de práctico é internacionalmente conhecida como PEC (*PILOTAGE EXEMPTION CERTIFICATE*);
- ✓ O “*STUDY ON PILOTAGE EXEMPTION CERTIFICATES, Final Report, 2012*”, elaborado pelas consultorias PWC e Panteia, a pedido da “*European Commission of the European Union, Directorate-General for Mobility and Transport*”, demonstra que não existe uma padronização no estabelecimento de parâmetros para os PEC. Cada Estado elabora os seus próprios critérios, ou mesmo não implementa o PEC; e
- ✓ Com a participação do Centro de Comandantes da Marinha Mercante, Sindicato das Empresas de Navegação Marítima (SYNDARMA) e Praticagem do Rio de Janeiro, o Centro de Análise de Sistemas Navais (CASNAV), subordinado à Marinha do Brasil, está elaborando estudo piloto de análise de risco no TECON de Itaguaí.



3 - Formação de Oficiais da Marinha Mercante



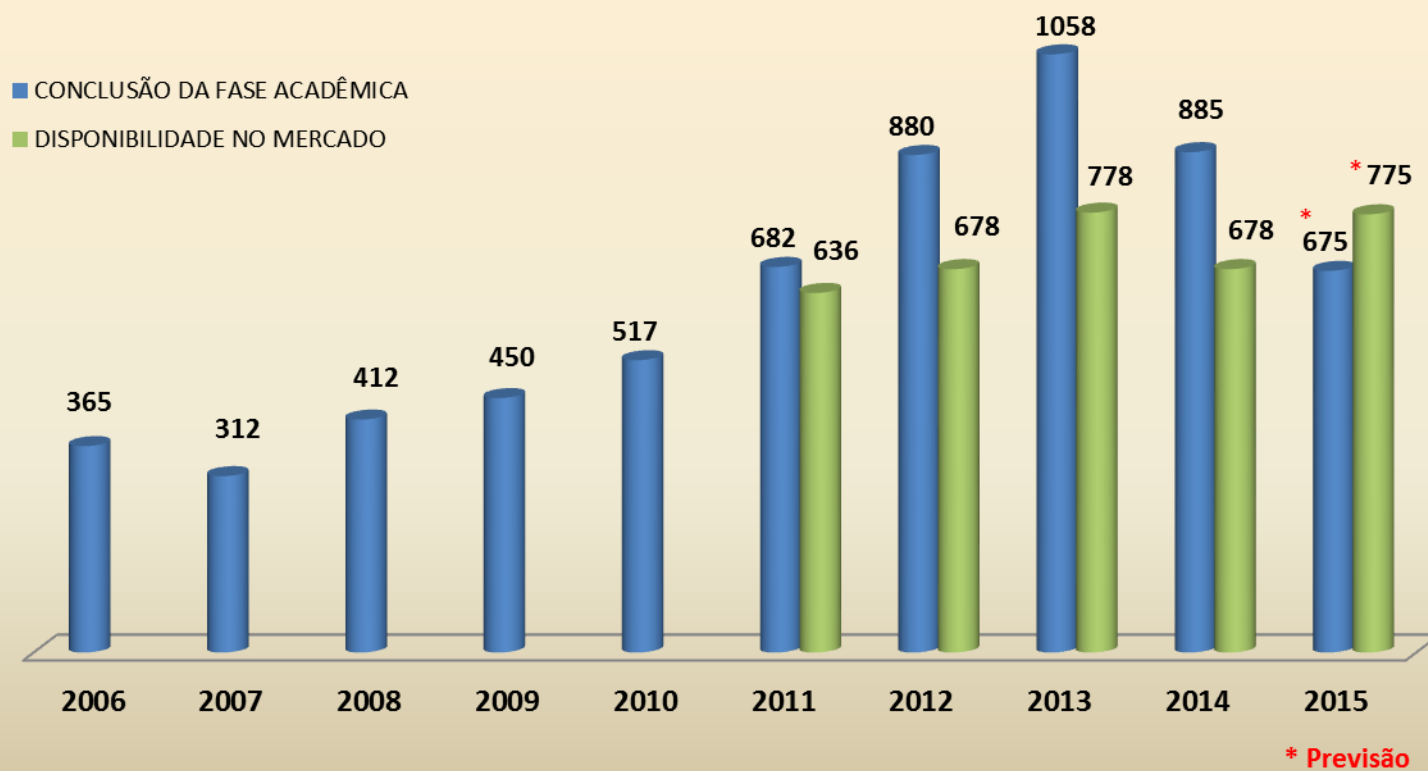


Formação de Oficiais da Marinha Mercante

- ✓ Com o concurso do Sindicato dos Oficiais da Marinha Mercante (SINDMAR), SYNDARMA e TRANSPETRO, a Schlumberger elaborou estudo coordenado pela DPC, atinente à relação entre a oferta e demanda de Oficiais de Marinha Mercante no mercado de trabalho;
- ✓ Essa análise, iniciada em 2011, foi projetada para até 2020 e tem sido atualizada anualmente; e
- ✓ Para a formação e habilitação dos Oficiais de Marinha Mercante, são seguidas rigorosamente as regras e os requisitos da Organização Marítima Internacional previstas na Convenção e no Código Internacional “Standards of Training and Certification Watchkeeping” (STCW).



FORMAÇÃO DE OFICIAIS DE MARINHA MERCANTE





4 – Redução da burocracia

- Porto Sem Papel
- Outras medidas





DESPACHO DE EMBARCAÇÕES - ÓRGÃOS ANUENTES



Concede
anuência para
saída da
embarcação



- PSP é gerenciado pela Secretaria de Portos da Presidência da República



Porto Sem Papel

- ✓ A documentação para despacho de embarcações exigida pela Autoridade Marítima está em conformidade com as Normas da Organização Marítima Internacional, e passaram a tramitar eletronicamente no sistema Porto Sem Papel (PSP) a partir de AGO2014.



PORTO SEM PAPEL



PSP

- Em 35 portos públicos;
- Em análise, a implantação em 131 TUPs.

(fonte: SEP)



Outras medidas para reduzir a burocracia

- ✓ No contexto das tratativas da Comissão Nacional das Autoridades dos Portos (CONAPORTOS), a MB está ultimando estudo sobre a desburocratização do processo de despacho de embarcações, com as seguintes propostas:
 - Possibilidade da navegação de cabotagem utilizar a sistemática do "Despacho por Período", por meio da qual a embarcação realizará um despacho a cada 90 dias;
 - Simplificação da documentação de despacho atualmente exigida, reduzindo de 24 para cerca de 10 formulários e eliminando a redundância de informações; e
 - Implantação, a partir do 2º semestre de 2015, do Sistema de Despacho de Embarcações (SISDESP-WEB) nos portos e terminais aquaviários nacionais, incluindo os TUPs.

A dramatic sunset or sunrise over the ocean. The sun is a bright, glowing orb in the upper right, partially obscured by wispy, golden clouds. The sky transitions from a deep orange near the horizon to a darker, more turbulent blue-grey at the top. In the lower third of the image, the dark silhouette of a large ship, possibly a cargo or industrial vessel, is visible against the horizon line. The water in the foreground is dark and textured with small waves.

**Mares e Rios Seguros
e Limpos**